

A pauta do Plenário da Câmara e do Senado ainda não foram disponibilizado. A Câmara deve priorizar projetos da área econômica.

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Audiência pública para apresentar a Campanha contra violência no campo será realizada no dia 31/08 às 10 hs com os seguintes convidados: Ana Lúcia Rocha Souza, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG ; Dinaman Tuxá, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Dom Ionilton, Campanha contra a Violência no Campo; Josiane de Lima Campos, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Luiz Ventura, Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Marta do Socorro Farias Barriga, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Silvio Al-

meida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania; Tales dos Santos Pinto, Comissão Pastoral da Terra – CPT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Audiência pública que foi realizada no dia 29/08 com o tema a Homenagem aos Bispos que marcaram história em prol dos DH- Convidados: Dom Jaime Spengler - Presidente da CNBB; Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa - Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife; Padre Ernani Pinheiro - Casa do Clero; Dom Airton José dos Santos - Arcebispo de Mariana; Padre Luiz Antônio - Paróco da Paróquia Menino Jesus de Praga da Paraíba; Daniel Seidel - Comissão Brasileira Justiça e Paz.

■ PLENÁRIO DO SENADO

Comissões

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE -CMA

CPI DAS ONGS – CPIONGS – Reunião: 29 de agosto de 2023

Depoimento de convidado : – Edward Mantoanelli Luz – Luiz Carlos Molion

CPI das ONGs ouve especialistas em conflitos agrários e questões ambientais

O antropólogo Edward Mantoanelli Luz conta com 15 anos de atuação contínua de consultoria antropológica em avaliação e mediação de conflitos fundiários nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Santa

Catarina, São Paulo, Pará e Paraná. Tem ainda 12 anos de consultoria prestada a cooperativas, municípios, estatais (FUNAI, Eletrobrás, Itaipu Binacional) e instituições como Fiat, BTG-Pactual e Fundação Bradesco. O currículo do antropólogo inclui ainda oito anos de consultoria parlamentar para entidades representativas de classe, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e Câmaras Municipais no Pará, Tocantins, Santa Catarina e Paraná. A vinda do especialista à comissão atende a requerimento do senador Plínio Valério (PSDB-AM), que preside a CPI. Foi preso no Pará por incentivar a invasão de terras indígenas e considerado o antropólogo dos ruralistas.

Também será ouvido pela comissão o professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Luiz Carlos Molion, que irá prestar informações sobre a atuação das organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) em questões ambientais e climáticas. “O professor Molion é um conhecedor e estudioso da temática ambiental, especialmente sobre as mudanças climáticas. Sabe-se que muitas ONGs e Oscips atuam nessa área, influenciando fortemente na definição de políticas públicas nacionais e internacionais. É importante conhecer como se dá essa participação e quais os resultados práticos dela”, justifica o senador Márcio Bittar (União-AC), relator da CPI e autor do requerimento que convida o professor a falar no colegiado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

PROJETO DE LEI Nº 4718, DE 2020 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de

regularização fundiária. Autoria: Senador Marcos Rogério Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Observações: - A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. - Votação simbólica.

Marco temporal avança no Senado com texto que tem brecha para garimpo e hidrelétricas

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou, na quarta-feira (23), o projeto de lei do marco temporal, mantendo o texto da Câmara. Essa versão cria dispositivos que flexibilizam a exploração de recursos naturais e a realização de empreendimentos dentro de terras indígenas.

Ambientalistas e o movimento indígena criticam o projeto e veem brechas para permitir garimpo, atividade agropecuária, abertura de rodovias, linhas de transmissão de energia ou instalação de hidrelétricas, além de contratos com a iniciativa privada e não indígena para empreendimentos.

Antes da votação, houve uma audiência pública, com presença da presidente da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). O texto passou por 13 votos a 3 e agora vai para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Que já indicado como relator o Senador o Senador Marcos Rogério (PL/RO).

O texto do projeto lei original, na verdade, não tratava do marco, mas sim transferia para o Poder Legislativo a prerrogativa de demarcação dos territórios. A ele foram apensadas (juntadas) outras propostas, como a do marco, a possibilidade de realização de empreendimentos e exploração de recursos naturais das terras. A versão

atual, que ainda pode ser alterada, cria um capítulo sobre “uso e gestão das terras indígenas”.

Nele, o Congresso poderá autorizar a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos, riquezas minerais e instalação em terras indígenas de equipamentos como redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos.

Senado acelera tramitação do marco temporal atropelando debate e ignorando os ‘apensados’

Em comentário para o programa Em Pauta da Globo-News sobre a aprovação acelerada e sem debate do PL 2903, do marco temporal, na Comissão de Agricultura do Senado, o jornalista André Trigueiro cobrou do presidente Rodrigo Pacheco uma resposta sobre a promessa de que a matéria circularia sem pressa. O jornalista alertou ainda sobre o perigo da tramitação ocorrer ignorando os textos apensados ao projeto de lei, dentre eles a mudança na regra das demarcações, a permissão para cultivo de alimentos transgênicos em Terras Indígenas, a flexibilização da política de não contato com isolados e a expropriação de terras para povos que “alteraram traços culturais”.

“O Pacheco garantiu quer não haveria pressa. Não vai passar pela Comissão de Direitos Humanos, pela Comissão de Meio Ambiente? São comissões que têm sinergia e interesses naturais ao tema e não serão apreciadas”, questionou Trigueiro.

“Também me chamam atenção os apensados, textos satélites que orbitam ao PL, como a expropriação de terras quando se verifica alteração dos traços culturais, o que é acintoso. As sociedades evoluem, mudam. Quer dizer que um indígena que use carro ou celular, use uma rou-

pa diferente, vai caracterizar ali um novo traço cultural e por isso perde a sua terra? O marco temporal é uma excrecência e boa parte do Congresso tem lideranças do ruralismo que tem pressa na apreciação da matéria antes do STF decidir”, finaliza o jornalista

PL 2903/2023: ANPR elabora Nota Técnica sobre marco temporal dos territórios indígenas

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) apresentou Nota Técnica relativa ao Projeto de Lei nº 2903/2023, conhecido como o marco temporal para demarcação de terras indígenas. O texto tramita no Senado Federal após aprovação, no início deste ano, na Câmara dos Deputados.

De acordo com a entidade, a proposta merece uma análise aprofundada acerca da constitucionalidade e dos impactos sobre os povos indígenas. De início, reforça que a Constituição Federal de 1988 “não estabeleceu qualquer marco temporal para o reconhecimento desses direitos. Além disso, não há sentido em prever uma limitação do gênero, dado o histórico de deslocamentos forçados, remoções e violências a que estiveram submetidos os povos indígenas”.

Ao longo da Nota Técnica, a associação questiona diversos dispositivos do texto. Entre eles, o que versa sobre o conceito de terras indígenas. Para a ANPR, trata-se de uma redefinição baseada em compreensões que não coadunam com as cosmovisões indígenas na sua relação com o território.

Ademais, reitera a inconstitucionalidade do marco temporal, por entender que a iniciativa “desconsidera o histórico constitucional dos direitos territoriais indígenas” e representa o “esvaziamento de direitos dos povos originários”.

Por fim, ressalta que acompanha o trabalho do Poder Legislativo em torno da questão, e apresenta os posicionamentos com o objetivo de contribuir com o debate legislativo, promover reflexões de forma a assegurar um exame técnico do projeto de lei, em harmonia com a legislação existente, com a Constituição e os tratados internacionais.

O PL foi aprovado nesta quarta-feira (23) pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado. Agora, segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois vai para votação no plenário principal do Senado.

Nota_Tecnica_n_003-2023_PL_2903_2023_Marco_Temporal_3.pdf (anpr.org.br)

Nota do Cimi: Constituição veda indenização por terra nua em demarcação de terras indígenas

Em seu voto no julgamento sobre demarcações de terras no STF, o ministro Alexandre de Moraes afastou a tese do marco temporal. Sua posição, seguindo entendimento do relator, Edson Fachin, firma um caminho de consenso para a superação definitiva desta tese inconstitucional. No entanto, a proposta de indenização prévia pela “terra nua” a ocupantes de boa-fé, também apresentada por Moraes, é inconstitucional e pode acirrar conflitos e deixar vulneráveis comunidades indígenas em todo o país. A Constituição já prevê a indenização por benfeitorias e estabelece que os títulos sobre terras indígenas são nulos.

Leia mais: <http://bit.ly/NotaCimiIndenizacao>

STF – Ministra Rosa Weber decide retomar julgamento sobre o Marco Temporal

A presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, agendou para quarta-feira 30 a retomada do julgamento sobre a tese do Marco Temporal para a demarcação de territórios no País. Em 7 de junho, o ministro André Mendonça, interrompeu a análise ao pedir vista – ou seja, mais tempo para estudar os autos. Ele liberou o processo para julgamento na quinta-feira 24. Naquele mês, o ministro Alexandre de Moraes votou contra o Marco Temporal, a exemplo do relator, Edson Fachin. Até aqui, apenas Kassio Nunes Marques votou pelo reconhecimento da tese.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e o controle de parte da TI é questionada pela Procuradoria do estado.

O movimento em defesa dos direitos dos povos indígenas se opõe frontalmente ao Marco Temporal. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib, sustenta que a adoção da tese limitaria o acesso dos indígenas ao seu direito originário sobre suas terras. Diz, ainda, haver casos de povos que foram expulsos delas algumas décadas antes da entrada em vigor da Constituição.

Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos

Ao colocar quase 30 mil pessoas em Belém, movimentos sociais e lideranças de populações tradicionais mostraram organização e consciência sobre os impactos da

mutação climática, marcando o início de uma jornada para chegar mais fortes à COP-30 em 2025

Quando chegaram a Belém no início de agosto para a cúpula dos oito países da Amazônia, as lideranças de movimentos sociais e ativistas da região já sabiam que o documento que seria divulgado pelos governos ficaria aquém de suas demandas. Eles chegavam ali depois de um hiato de 14 anos sem encontros oficiais desse tipo e no contexto de uma floresta muito perto do ponto de não retorno. Sabiam que não havia consenso entre os chefes de Estado que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) nem sobre a meta de desmatamento zero em 2030, compromisso já assumido por Brasil e Colômbia. E menos ainda sobre a proposta do presidente colombiano, Gustavo Petro, de barrar novos contratos de exploração de petróleo e gás no bioma amazônico, tema que divide o governo brasileiro. Por tudo isso, era imperativo que conseguissem fazer o encontro dos povos da floresta, batizado de Diálogos Amazônicos, ecoar e, assim, garantir que o recado chegasse aos governantes. Se não fossem capazes de fazer com que as intenções avançassem para um plano concreto, a força do chão da floresta poderia pelo menos evitar recuos ainda maiores.

Cúpula da Amazônia: povos-floresta deram demonstração de força para impedir recuo dos governos - SUMAÚMA (sumauma.com)

Marcha das Mulheres Indígenas

A programação da incrível III Marcha das Mulheres Indígenas chegou! Convidamos você a se juntar a nós de 11 a 13 de setembro para uma experiência inesquecível, celebrando o tema "Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade através das raízes an-

cestrais". A abertura oficial será repleta de emoção ao testemunharmos a apresentação das delegações das originárias no dia 10 de agosto.

Prepare-se para uma programação intensa com lançamento de livros, grupos de trabalho por biomas, plenária com a bancada do cocar, noite cultural e diálogos com mulheres indígenas, negras e quilombolas que estão ocupando espaços de poder em todo país. Não perca o desfile e os diálogos com as ministras. E para encerrar esse momento histórico, teremos o incrível show 'A Cura Do Mundo Somos Nós', com artistas indígenas mulheres e convidadas. Participe desse movimento único em defesa da biodiversidade e das raízes ancestrais.

ONGs propõem levar água, energia e internet a 1 milhão na Amazônia

Um grupo de organizações de sociedade civil apresentou ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estudo para levar água potável, energia regular e internet estável a pelo menos 5.000 localidades da Amazônia até 2025.

O documento intitulado "Mapa de caminhos" foi entregue, na quarta-feira (16), durante encontro em Brasília, no qual estavam presentes a diretora do BNDES, Tereza Campello e o superintendente de meio-ambiente do banco, Nabil Kadri, além do senador Beto Faro (PT-PA).

"Cerca de um milhão de pessoas vivem sem fornecimento de água, energia e internet na região Amazônica", diz Caetano Scannavino, cofundador da Saúde & Alegria, ONG referência no atendimento às populações vulneráveis do Tapajós (PA).

A meta é solucionar esse desafio até 2025, ano em que ocorre em Belém (PA) a COP30, conferência de mudanças climáticas da ONU.

PF vê vingança de policiais militares em massacre no Amazonas e apura suspeita de ligação com garimpo ilegal

A Polícia Federal concluiu que a morte de oito pessoas em agosto de 2020 nas comunidades indígenas e ribeirinhas do Rio Abacaxis, no Amazonas, foi uma ação de vingança de policiais militares pelo assassinato de dois colegas. Entre os mortos na operação da PM organizada supostamente para prender o suspeito do crime contra os policiais, havia dois irmãos indígenas mundurucus sem evidências de envolvimento com o caso, segundo o inquérito, que também apontou dois desaparecidos.

A Polícia Federal apura agora se a ação tem relação com o garimpo ilegal que utiliza a região como rota, numa disputa por comando territorial. A PF indiciou o secretário de Segurança Pública à época do massacre, coronel Louismar Bonates, e o então comandante-geral da PM do Amazonas, coronel Ayrton Norte. “A existência de uma atividade sistêmica na região do Rio Abacaxis de garimpo ilegal é mais um indício da atuação de uma poderosa organização criminosa”, informa o inquérito.

A PF ainda tenta identificar todos os policiais executores — estimados em cerca de 130. O conflito começou em julho de 2020, quando o então secretário do Fundo de Promoção Social do Amazonas, Saulo Moysés da Costa, foi pescar com amigos na área, que é protegida. Moradores impediram que o grupo prosseguisse, houve uma discussão, seguida de um disparo. Costa relatou que foi atingido de raspão. Segundo depoimentos de moradores à PF, ele teria dito que voltaria ao local armado.

Povos Indígenas e Justiça de Transição

Acontece no dia 29 de agosto das 8 horas às 19 horas na Universidade de Brasília na Faculdade de Direito. Em continuidade ao legado do Marcelo Zelic, será realizado um grande encontro organizado pela equipe do Armazém Memória, junto ao Instituto de Políticas Relacionais, no momento crucial em que os inimigos dos povos indígenas insistem em avançar, com o absurdo projeto de lei do Marco Temporal. Através do resgate documental, que é o eixo do Armazém Memória, fica provado que esse projeto pretende, ao querer estabelecer a data da Constituição de 88 como limitador do reconhecimento de terras indígenas, legalizar e anistiar o esbulho de terras imposto violentamente aos povos indígenas, com a participação direta do Estado brasileiro, especialmente durante o regime militar de 1964-85, já reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

Haverá transmissão ao vivo pelo YouTube do Relacionais, no link: https://www.youtube.com/live/ycdKe-WAbr6o?si=AtYp_R-Fj3rGmoNu

A programação completa do Encontro está disponível no link: <https://www.relacionais.org.br/encontro-povos-indigenas-e-justica-de-transicao/>

Parecer da AGU abre caminho para exploração de petróleo pela Petrobras na bacia da foz do Amazonas

A Advocacia-Geral da União (AGU) publicou na terça-feira (22) parecer em que concluiu que é possível o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conceder licenciamento ambiental antes de uma avaliação preliminar da área concedida.

A ausência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para a bacia da Foz do Amazonas foi um dos argumentos do Ibama para negar a exploração da Petrobras na região, em maio deste ano.

O parecer da AGU foi emitido sobre esse caso e abre caminho para a exploração na região. Segundo o órgão, “seja no plano jurídico, ou no plano fático, no âmbito do licenciamento ambiental não é exigível a AAAS”.

Em julho, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, solicitou manifestação da AGU sobre o processo de licenciamento da área FZA-M-59, operada pela Petrobras.

A estatal pretende perfurar um poço a cerca de 175 km da foz do rio Amazonas --apesar do nome, a Bacia da Foz do Amazonas não está localizada na foz do rio. O processo tramita no órgão ambiental desde 2014, quando a área era operada pela petroleira britânica BP.

A AAAS é um estudo contratado pelo governo federal para analisar o impacto socioambiental da exploração de petróleo em uma determinada região antes da concessão de áreas em leilão.

Esse instrumento foi regulamentado em 2012 por uma portaria dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente. Mas, desde então, apenas dois estudos foram contratados: um na bacia do Solimões e outro nas bacias de Sergipe-Alagoas e Jacuípe.

Em maio, quando negou o pedido da Petrobras para perfurar na área, o Ibama apresentou três argumentos principais:

- ausência de uma AAAS para a bacia da Foz do Amazonas, considerada necessária pelo Ibama; impacto sobre as comunidades indígenas; falhas no plano de proteção à fauna apresentado pela Petrobras.

O parecer da AGU sugere que esses pontos sejam levados à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), prevendo a possibilidade de acordo mediado pela AGU.

“Assim, antes de haver eventual manifestação jurídica quanto aos impactos à comunidade indígena e o plano de proteção à fauna, entende-se que há de se prestigiar a possibilidade de solução conciliatória com o encaminhamento do feito à CCAF (...) em que podem ser ventilados, por todos os envolvidos, os aspectos técnicos da decisão do IBAMA”, escreveu a diretora do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgão Jurídicos da AGU (Decor), Priscila Cunha do Nascimento.